

Divulgação da depreciação nos municípios do estado do Tocantins

Disclosure of depreciation in the municipalities of the state of Tocantins

Revelación de depreciación en los municipios del estado de Tocantins

Recebido: 26/12/2022 | Revisado: 01/01/2023 | Aceitado: 02/01/2023 | Publicado: 04/01/2023

Guilherme Moraes da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6028-8195>

Faculdade do Bico do Papagaio, Brasil

E-mail: guilhermemoraes0506@outlook.com

Valdenês Pacheco Barbosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6071-3366>

Universidade do Estado do Tocantins, Brasil

E-mail: deneysxd@gmail.com

Resumo

Este estudo, teve como objetivo geral demonstrar se os municípios do Estado do Tocantins estão evidenciando a depreciação em seus balanços patrimoniais e notas explicativas. A população é composta por todas as prefeituras do Estado do Tocantins, sendo que a amostra compreende 39 prefeituras com maiores médias de aplicação no ativo não-circulante em relação ao ativo total dos anos de 2017, 2018 e 2019. A coleta de dados foi realizada no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO) em relação as informações do Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Notas Explicativas. As análises foram realizadas pelo método quantitativo. Como resultado do estudo, observa-se em termos gerais, as prefeituras do Estado do Tocantins não obedeceram com exatidão as regras de depreciação referente a NBC TSP 07 no período analisado. Como demonstra a prefeitura de Guaraí no ano de 2017, evidenciando 0,18% de depreciação acumulada em relação ao valor de seu ativo imobilizado, assim como a prefeitura de Augustinópolis no ano de 2018, que evidenciou somente 0,17% de depreciação acumulada sobre o valor de seu ativo imobilizado, da mesma forma a prefeitura de Axixá do Tocantins, que no ano de 2019 evidenciou 0,01% de depreciação em relação ao valor do resultado patrimonial.

Palavras-chave: Depreciação; Balanço patrimonial; Demonstração das variações patrimoniais; Notas explicativas.

Abstract

This study had the general objective of demonstrating whether the municipalities of the State of Tocantins are showing depreciation in their balance sheets and explanatory notes. The population is made up of all city halls in the State of Tocantins, and the sample comprises 39 city halls with the highest average investment in non-current assets in relation to total assets for the years 2017, 2018 and 2019. Data collection was carried out in the website of the State of Tocantins Court of Auditors (TCE-TO) in relation to information on the Balance Sheet, Statement of Equity Changes and Explanatory Notes. Analyzes were performed using the quantitative method. As a result of the study, it can be observed in general terms, as the municipalities of the State of Tocantins did not exactly obey the depreciation rules referring to NBC TSP 07 in the analyzed period. How to demonstrate the city of Guaraí in 2017, showing 0.18% of accumulated depreciation in relation to the value of its fixed assets, as well as the city of Augustinópolis in 2018, which showed only 0.17% of accumulated depreciation on the value of its fixed assets, likewise the city hall of Axixá do Tocantins, which in 2019 showed 0.01% of depreciation in relation to the value of the equity result.

Keywords: Depreciation; Balance sheet; Statement of equity changes; Explanatory notes.

Resumen

Este estudio tuvo el objetivo general de demostrar si los municipios del Estado de Tocantins están presentando depreciación en sus balances y notas explicativas. La población está compuesta por todos los municipios del Estado de Tocantins, siendo la muestra compuesta por 39 municipios con mayor inversión promedio en activo no corriente en relación al activo total para los años 2017, 2018 y 2019. La recolección de datos se realizó en el sitio web del Tribunal de Cuentas del Estado de Tocantins (TCE-TO) en relación con las informaciones sobre el Balance, Estado de Cambios Patrimoniales y Notas Explicativas. Los análisis se realizaron utilizando el método cuantitativo. Como resultado del estudio, se observa en términos generales que los municipios del Estado de Tocantins no cumplieron exactamente las reglas de depreciación referentes al NBC TSP 07 en el período analizado. Así lo demostró la alcaldía de Guaraí en 2017, mostrando 0,18% de depreciación acumulada en relación al valor de sus activos fijos, así como la alcaldía de Augustinópolis en 2018, que presentó apenas 0,17% de depreciación acumulada sobre el valor de sus activos fijos, así como la alcaldía de Axixá do Tocantins, que en 2019 presentó 0,01% de depreciación con relación al valor del resultado patrimonial.

Palabras clave: Depreciación; Hoja de balance; Estado de cambios en el patrimonio; Notas explicatorias.

1. Introdução

Devido ao cenário globalizado de mercados, as demonstrações contábeis dos órgãos do setor público brasileiro vêm se adequando as necessidades informacionais dos seus usuários. (Mendes & Costa, 2022; Barbosa, 2020; Chan, 2008). Devido a isso, iniciou-se o processo de adoção as normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS) que são emitidas pela Federação Internacional de Contabilidade (IFAC). (Mendes, 2022; Diniz, 2015). Essas normas contribuem com a qualidade da evidenciação de informações patrimoniais, financeiras e orçamentárias, além de contribuir para a transparência pública e prestação de contas. (Augustinho & Lima, 2012).

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) explica a importância da convergência as normas internacionais do setor público para o controle social das informações contábil sobre o patrimonial público. De acordo o MCASP a convergência “busca melhorar a qualidade e a consistência das informações prestadas à sociedade, de modo a possibilitar o exercício da cidadania no controle do patrimônio dos governos federal, estadual, distrital e municipal”. (Brasil, 2017, p.143). Portanto, a nova formulação de regras de contabilidade aplicada ao setor público além de permitir a elaboração de demonstrativos que facilite o entendimento dos usuários, também permite demonstrar a real situação patrimonial e financeira das entidades públicas (Brasil, 2016; Augustinho & Lima, 2012).

A obrigatoriedade do registro e evidenciação da depreciação nos demonstrativos contábeis está implícito no setor público desde a década de 60, conforme trata-se no Art. 89 da Lei nº 4.320/64 que diz “A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira patrimonial e industrial”. (Brasil, 1964, p.20). Nesta vertente, encontra-se a mensuração contábil dos registros de depreciação sobre o ativo imobilizado, assim como é descrito no artigo 108 § 2º da lei 4.320/64 “as previsões para depreciação serão computadas para efeito de apuração do saldo líquido das mencionadas entidades”. (Brasil, 1964, p.24).

Mesmo com tais previsões normativas, estudos como o de Tres e Rissardo (2015) destacam que a depreciação não vem sendo executada de forma correta e tempestiva por profissionais de contabilidade, por motivos de falta de capacitação, de sistemas contábeis condizentes, e de apoio da alta administração. Araujo e Sousa (2017) em um de seus estudos, cita que as cidades pequenas, em especial as dos interiores, tem uma melhor flexibilização para execução da depreciação, porém sofrem de capacidade técnica para está efetuando a atividade.

No entanto, em 2008, com a criação das NBCASP e a adoção as normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, houve o resgate do foco patrimonial. (Darós & Pereira, 2009). Isso trouxe ao setor público maiores preocupações para o adequado acompanhamento contábil do patrimônio, o que não se confundiu com o seu fiel cumprimento. (Barbosa, 2020; Araujo & Sousa, 2017). Mesmo com a criação das normas parcialmente convergidas, NBC T SP 16.9 e a NBC T SP 16.10, somente em 2017 com a edição da NBC TSP 07 – ativo imobilizado, houve o implemento normativo integralmente convergido as normas IPSAS (Barbosa, 2020; Augustinho & Lima, 2012; Fragoso et al., 2012;).

Ainda na eminencia do cumprimento do tratamento patrimonial, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emite a portaria nº 548, em 24 de setembro de 2015, referente ao plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais em todos os entes e esfera pública. (Mendes & Costa, 2022). Diante das considerações apresentadas acima, este estudo tem como objetivo demonstrar se os municípios do Estado do Tocantins estão evidenciando a depreciação em seus balanços patrimoniais e notas explicativas.

2. Metodologia

A pesquisa é classificada como: documental, bibliográfica e descritiva, segundo Gil (2002), a pesquisa documental é utilizada para a análise de documentos que ainda não receberam um tratamento analítico, por outro lado, a pesquisa bibliográfica aprecia a investigação de materiais, como: livros e artigos científicos que contribuem para o entendimento do

assunto abordado.

A população é composta por todas as Prefeituras Municipais do Estado do Tocantins, 139 instituições. Para a escolha do tamanho da amostra foi aplicado uma análise probabilística com nível de confiança de 90% e erro máximo de 10%, totalizando uma amostra de 39 Prefeituras Municipais. Além disso, para fins de materialidade foram selecionadas as prefeituras com maiores índices de imobilização do ativo nos anos de 2017 a 2019, como demonstra o quadro a seguir.

Quadro 1 - Amostra da pesquisa.

PREFEITURAS MUNICIPAIS DA AMOSTRA		MÉDIA DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE/ ATIVO TOTAL
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS	1.952.722.717,79
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA	492.015.337,19
3	PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI	439.876.241,99
4	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL	161.075.414,97
5	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS DO TOCANTINS	155.857.251,12
6	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS	92.485.855,77
7	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS	52.915.567,05
8	PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAÍ	52.054.735,15
9	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA	43.540.167,71
10	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA	36.141.598,14
11	PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINÓPOLIS	34.453.213,40
12	PREFEITURA MUNICIPAL DE DIANÓPOLIS	30.616.612,98
13	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AFONSO	30.592.747,86
14	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	26.858.298,95
15	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANORTE	26.610.790,73
16	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUM	26.272.582,24
17	PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS	24.780.826,65
18	PREFEITURA MUNICIPAL DE AXIXÁ DO TOCANTINS	23.384.859,94
19	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATINS	22.369.252,10
20	PREFEITURA MUNICIPAL DE BABAÇULÂNDIA	22.308.240,04
21	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA DO TOCANTINS	21.285.020,33
22	PREFEITURA MUNICIPAL DE COLMÉIA	20.944.102,68
23	PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLÂNDIA	20.617.406,83
24	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXE	20.421.811,59
25	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANÁS	20.184.581,85
26	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRI DO TOCANTINS	19.616.232,69
27	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO	19.516.475,81
28	PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	18.772.417,42
29	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANTINA	18.387.204,06
30	PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRÓPOLIS	17.948.713,50
31	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRATINS	17.660.397,29
32	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA	17.519.987,79
33	PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBIOÁ	17.426.342,30
34	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAS	17.295.685,90
35	PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	16.462.826,56
36	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRASCO BONITO	16.129.239,15
37	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAGUATINGA	15.763.193,79
38	PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÚ DO TOCANTINS	15.467.740,15
39	PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANORTE	15.445.538,64

Fonte: Elaborado pelos Autores.

Para atingir os fins do objetivo proposto na pesquisa, foram coletadas as demonstrações contábeis e as notas explicativas no sítio do Tribunal de Estado do Tocantins (TCE-TO) em relação aos anos de 2017, 2018 e 2019. Desta forma, foi utilizado uma abordagem quantitativa para análise e interpretação das evidências coletadas.

3. Resultados e Discussão

3.1 Análise das Demonstrações Contábeis de 2017

O balanço patrimonial é uma obrigatoriedade da contabilidade, sendo ele responsável por evidenciar a situação financeira da entidade. Podendo ser utilizado como ferramenta de análise, pois suas informações demonstram a real situação contábil de uma empresa sendo ela pública ou privada, contudo, vindo a colaborar na tomada de decisão. (Mendes, 2020; Sousa, 2018). Já Costa (2019), em um estudo relata a importância da evidenciação do ativo imobilizado, sendo ele um item tangível. De tal forma, há a necessidade e a obrigação da depreciação nos itens do ativo imobilizado de todos os órgãos públicos brasileiros, para assim os valores de o ativo imobilizado estarem sempre condizentes com a sua realidade. (Viviane, 2014).

Tabela 1 - Balanço Patrimonial 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL		Ativo Total (I)	Ativo Não-Circulante (II)	(II)/(I) %	Ativo Imobilizado (III)	(III)/(I) %	Depreciação Acumulada (IV)	(IV)/(I) %
PALMAS		2.185.775.412,39	1.363.713.069,50	62,39	822.211.975,07	60,29	5.302.737,59	0,64
ARAGUAÍNA		625.970.519,01	266.864.744,34	42,63	199.721.892,09	74,84	12.585.165,75	6,30
GURUPI		567.172.032,94	319.592.193,48	56,34	156.177.353,11	48,86	20.760.430,09	13,29
PORTO NACIONAL		193.002.701,39	53.439.120,75	27,68	53.335.876,34	99,80	683.977,16	1,28
COLINAS TOCANTINS	DO	187.674.427,07	98.667.832,38	52,57	98.660.608,71	99,99	4.383.170,57	4,44
PARAÍSO TOCANTINS	DO	115.368.798,17	38.137.861,99	33,05	38.136.796,99	99,99	2.779.609,52	7,28
ARAGUATINS		67.581.948,13	32.430.839,98	47,98	18.608.099,61	57,37	6.207.196,70	33,35
GUARAÍ		56.309.113,28	39.918.288,92	70,89	38.331.297,16	96,02	700.075,80	0,18
FORMOSO ARAGUAIA	DO	58.917.923,90	32.500.724,98	55,16	20.836.838,08	64,11	2.503.466,43	12,01
ALVORADA		38.363.294,89	29.501.221,99	76,89	29.157.540,78	98,83	3.838.568,48	13,16
TOCANTINÓPOLIS		34.086.681,56	27.977.455,36	82,07	27.977.455,36	100	2.205.051,04	7,87
DIANÓPOLIS		41.479.761,23	13.481.803,86	32,50	13.481.724,36	99,99	2.950.528,08	21,88
PEDRO AFONSO		28.482.980,44	22.618.509,40	79,41	22.618.509,40	100	821.395,62	3,63
SÍTIO NOVO TOCANTINS	DO	24.770.718,70	23.700.598,92	95,67	22.631.872,28	95,49	2.591.185,53	11,44
MIRANORTE		30.599.017,32	16.428.683,77	53,69	16.418.083,77	99,93	1.480.083,49	9,01
PIUM		29.403.421,74	19.410.530,08	66,01	14.921.152,26	76,87	2.390.516,31	16,02
AUGUSTINÓPOLIS		23.220.520,48	20.215.444,87	87,05	20.215.444,87	100	30.416,16	0,15
AXIXÁ DO TOCANTINS		35.266.389,74	7.888.384,88	22,36	7.888.384,88	100	514.227,52	6,51
GOIATINS		34.760.541,34	7.056.449,26	20,30	7.056.449,26	100	519.505,39	7,36
BABAÇULÂNDIA		22.495.933,81	16.705.880,51	74,26	16.704.991,47	99,99	2.892.248,67	17,31
MIRACEMA TOCANTINS	DO	22.652.469,31	13.641.453,42	60,22	13.628.020,11	99,90	4.505.159,32	33,05
COLMÉIA		24.888.952,88	20.257.232,87	81,39	20.168.559,76	99,56	4.619.956,30	22,90
WANDERLÂNDIA		18.869.172,18	16.554.946,53	87,73	16.554.946,53	100	814.875,20	4,92
PEIXE		20.532.856,09	14.172.971,46	69,02	13.752.958,83	97,03	3.551.056,59	25,82
ANANÁS		19.990.569,68	15.937.400,49	79,72	15.245.701,77	95,65	807.051,38	5,29
CARIRI DO TOCANTINS		19.595.921,73	14.508.805,96	74,03	14.195.266,30	97,83	1.361.803,19	9,59
LAJEADO		18.232.804,88	15.709.323,98	86,15	13.679.842,49	87,08	1.119.384,22	8,18
DOIS IRMÃOS TOCANTINS	DO	21.457.855,31	12.904.138,36	60,13	12.904.138,36	100	542.522,05	4,20
ESPERANTINA		16.965.385,94	15.769.704,17	92,95	15.769.704,17	100	636.479,95	4,03

PALMEIRÓPOLIS	18.487.731,61	14.125.131,06	76,40	14.125.131,06	100	5.740.436,54	40,63
ITAPIRATINS	16.379.460,64	15.426.317,71	94,18	15.426.317,71	100	729.698,95	4,73
NOVA OLINDA	17.429.151,99	13.502.527,89	77,47	11.780.689,56	87,24	7.387.012,20	62,70
XAMBIOÁ	19.740.340,53	8.863.350,21	44,89	8.769.817,08	98,94	851.947,44	9,71
ARRAIAS	16.502.004,74	14.053.665,70	85,16	14.042.315,70	99,91	282.185,06	2
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	16.843.357,94	14.233.395,05	84,50	14.226.883,05	99,95	1.654.319,01	11,62
CARRASCO BONITO	14.259.707,18	13.168.495,14	92,34	13.168.495,14	100	7.259,05	0,05
TAGUATINGA	21.972.743,91	3.779.282,62	17,19	3.634.605,39	96,17	854.784,54	23,51
JAÚ DO TOCANTINS	15.210.703,65	14.113.041,45	92,78	13.942.219,45	98,78	831.446,59	5,96
GOIANOORTE	14.607.560,58	13.525.502,18	92,59	13.525.502,18	100	4.020.780,09	29,72

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar os dados apresentados na tabela acima, algumas prefeituras destacam-se pelo valor aplicado no ativo não-circulante e ativo imobilizado. A exemplo da prefeitura de Palmas que possui valor de ativo não-circulante (R\$1.363.713.069,50) isso representa 62,39% do total do ativo (R\$2.185.775.412,39). Também cabe destacar que o valor da depreciação acumulada (R\$5.302.737,59) apenas representa 0,64% do total do ativo imobilizado (R\$822.211.975,07). Portanto, infere-se que a capital do Tocantins apresenta assimetrias em relação à transparência da divulgação da depreciação por apresentar baixos valores de registro na conta de depreciação acumulada.

Neste mesmo sentido, destaca-se o valor aplicado da prefeitura de Araguaína que possui R\$ 625.970.519,01 de total do ativo, sendo que 42,63% deste valor corresponde ao ativo não-circulante. Semelhante aos resultados anteriores da capital do Tocantins, a prefeitura de Araguaína apresenta apenas 6,30% (R\$12.585.165,75) no saldo da conta de depreciação acumulada em relação ao total do ativo imobilizado. De forma semelhante, a prefeitura de Gurupi também apresenta valores consideráveis aplicados no ativo total (R\$567.172.032,94). No entanto, demonstra indicies de depreciação acumulada de 13,29%, ou seja, demonstra maiores indicies em relação as prefeituras citadas acima (Palmas e Araguaína).

De forma comumente, a amostra apresenta 06 prefeituras com valor de ativo não-circulante acima de 90% em relação ao ativo total. E entre essas 06 prefeituras, destaca-se a de Carrasco Bonito que possui baixo valor de depreciação acumulada no valor de R\$7.259,05, que representa singelos 0,05% do ativo imobilizado. Esse resultado é semelhante ao estudo de Schaurich e Quintao (2020) ao demonstrar o nível de evidenciado da depreciação em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, indicando que a instituição chegou a aplicar a depreciação, mas não em todos os bens do ativo imobilizado.

Por seguinte, 07 prefeituras demonstraram ativo não-circulante com porcentagem entre 80% a 90% em relação ao ativo total, logo em seguida, compreendendo a mesma linha de análise, 08 prefeituras com a porcentagem entre 70% a 80%, destacando-se a prefeitura de Guaraí, pelo fato do saldo da conta de depreciação acumulada evidenciar o valor de R\$700.075,80, ou seja, representa 0,18% do seu ativo imobilizado.

Em relação às prefeituras com menores orçamentos e consequentemente menores valores aplicados no ativo, em comparação as prefeituras citadas acima, observa-se grandes índices de composição do ativo não-circulante. Isso representa uma forte aquisição de bens móveis e imóveis, o que denotaria ter bons apetrechos ao controle e registro de informações quanto à mensuração patrimonial. No entanto, as análises sobre o Balanço Patrimonial demonstram relutâncias ao controle adequado dos aspectos contábeis frente às informações patrimoniais.

Com o propósito de abordar o impacto da despesa de depreciação. Apresenta-se a Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Análise da DVP 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL	DEPRECIACÃO	RESULTADO PATRIMONIAL	DEPRECIACÃO/ RESULTADO
PALMAS	267.422,21	-163.287.300,89	0,16%
ARAGUAÍNA	8.603.973,07	-175.061.746,81	4,91%
GURUPI	7.095.180,72	39.111.808,47	18,14%
PORTO NACIONAL	425.830,70	109.335.388,69	0,38%
COLINAS DO TOCANTINS	48.324,48	15.191.602,48	0,31%
PARAÍSO DO TOCANTINS	559.279,29	13.175.338,37	4,24%
ARAGUATINS	580.931,93	2.551.885,29	22,76%
GUARAÍ	365.734,53	10.592.027,39	3,45%
FORMOSO DO ARAGUAIA	121.422,33	3.317.288,81	3,66%
ALVORADA	30.446,12	7.999.408,03	0,38%
TOCANTINÓPOLIS	826.039,10	5.517.743,55	14,97
DIANÓPOLIS	125.202,11	9.912.711,19	1,26%
PEDRO AFONSO	171.731,34	3.759.677,61	4,56%
SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	229.908,73	770.438,83	29,84%
MIRANORTE	240.805,70	-2.057.221,80	11,70%
PIUM	1.020.229,12	3.560.602,45	28,65%
AUGUSTINÓPOLIS	21.857,99	2.420.806,53	0,90%
AXIXÁ DO TOCANTINS	0,00	2.462.594,75	0%
GOIATINS	518.958,25	-16.069.938,11	3,22%
BABAÇULÂNDIA	360.196,58	2.466.064,99	14,60%
MIRACEMA DO TOCANTINS	555.670,51	-6.926.191,46	8,02%
COLMÉIA	101.037,83	2.555.095,26	3,95%
WANDERLÂNDIA	0,00	1.941.717,59	0%
PEIXE	281.900,52	4.666.280,23	6,04%
ANANÁS	784.916,67	1.018.502,49	77,06%
CARIRI DO TOCANTINS	307.160,78	4.669.457,37	6,57%
LAJEADO	207.634,55	750.284,78	27,67%
DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	4.655,18	1.058.337,45	0,43%
ESPERANTINA	0,00	1.099.667,76	0%
PALMEIRÓPOLIS	260.365,65	4.343.053,43	5,99%
ITAPIRATINS	119.226,70	2.340.845,11	5,09%
NOVA OLINDA	566.916,95	865.978,20	65,46%
XAMBIOÁ	156.041,57	2.986.608,71	5,22%
ARRAIAS	199.694,64	-2.009.068,53	9,93%
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	32.438,71	-5.076.650,00	0,63%
CARRASCO BONITO	3.405,24	1.269.775,61	0,26%
TAGUATINGA	13.750,51	-1.966.071,47	0,69%
JAÚ DO TOCANTINS	117.156,12	1.707.704,23	6,86%
GOIANORTE	531.836,62	-1.944.996,67	27,34%

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) “O resultado patrimonial corresponde à diferença entre o valor total das VPA e o valor total das VPD, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais do período.”. (Mcas, 2018, p.162). Sendo assim, compreende-se que o valor do resultado patrimonial apresentado na demonstração da variação patrimonial é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.

Com o intuito de analisar o impacto da despesa de depreciação evidenciada na DVP sobre o total do resultado patrimonial das 39 prefeituras listadas na Tabela 2. Observa-se que alguns pontos chamam a atenção, como é o caso das prefeituras que contém índice de depreciação sobre resultado patrimonial baixíssimas, e até mesmo com porcentagem zerada. Entre elas a própria prefeitura da capital do Tocantins, a cidade de Palmas com apenas 0,16%, a prefeitura da cidade de Porto Nacional com apenas 0,38%, e a prefeitura de Colinas do Tocantins com 0,31%. Outras prefeituras apresentam índice zero como é o caso da prefeitura de Axixá, Wanderlândia e Esperantina. Portanto, essas prefeituras demonstram claramente que as execuções da depreciação em seus ativos não estão sendo realizadas com êxito em relação a realidade do bem público, desta forma evidenciando informações errôneas a sociedade.

Em termos gerais, tem-se 20 prefeituras que apresentam valores de depreciação inferior a 5% do resultado patrimonial. Já as outras 17 prefeituras, ficaram com valores de depreciação/resultados patrimonial entre 5% e 50%. Dessa forma, compreende-se que mais da metade das prefeituras não realizaram o cálculo da depreciação de forma correta em seus ativos no ano de 2017. Este achado coincide com os resultados de Dantas et al., (2012) que observou que entre os anos de 1999 a 2008 4.971 municípios brasileiros não evidenciaram a depreciação.

3.2 Análise das Demonstrações Contábeis de 2018

Nesta sessão, será analisado e comentado o balanço patrimonial do exercício 2018 das prefeituras que compõem a amostra do estudo. A seguir, a Tabela 3 demonstra os resultados da coleta de informações patrimoniais.

Tabela 3 - Balanço Patrimonial 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL	Ativo Total (I)	Ativo Não-circulante (II)	(II)/(I) %	Ativo Imobilizado (III)	(III)/(I) %	Depreciação Acumulada (IV)	(IV)/(I) %
PALMAS	2.497.210.823,25	1.528.254.667,25	61,19	807.671.152,31	52,84	17.505.998,55	2,16
ARAGUAÍNA	675.703.149,76	290.047.532,71	42,92	223.161.997,58	76,93	6.881.767,27	3,08
GURUPI	525.321.469,51	351.935.875,24	66,99	122.601.303,53	34,83	74.667.942,68	60,90
PORTO NACIONAL	253.028.382,82	71.119.495,48	28,10	71.113.518,07	99,99	3.208.459,30	4,51
COLINAS DO TOCANTINS	DO 202.274.128,90	99.444.093,86	49,16	99.436.870,19	99,99	7.414.019,45	7,45
PARAÍSO DO TOCANTINS	DO 138.324.801,79	47.629.103,18	34,43	47.628.038,18	99,99	3.362.265,81	7,05
ARAGUATINS	79.565.664,58	36.416.040,50	45,76	20.708.852,39	56,86	7.089.336,69	34,23
GUARAÍ	60.760.693,40	42.157.700,12	69,38	40.566.499,36	96,22	3.336.833,74	8,22
FORMOSO DO ARAGUAIA	DO 49.834.164,73	37.938.355,48	76,12	26.274.468,58	69,25	2.581.192,48	9,82
ALVORADA	40.768.068,49	30.631.549,24	75,13	30.287.868,03	98,87	6.953.964,54	22,95
TOCANTINÓPOLIS	35.962.711,58	31.995.002,45	88,96	31.468.060,16	98,35	24.942.783,50	79,26
DIANÓPOLIS	46.136.336,18	13.838.727,39	29,99	13.838.647,89	99,99	3.942.070,56	20,92
PEDRO AFONSO	32.817.839,71	27.253.156,88	83,04	27.253.156,88	100	2.693.786,22	9,88
SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	27.977.774,90	26.239.101,19	93,78	25.174.417,77	95,94	3.195.239,91	12,69
MIRANORTE	34.037.216,84	18.163.537,37	53,36	18.163.537,37	100	3.033.951,98	16,70
PIUM	32.361.945,89	23.418.262,07	72,36	18.445.970,78	78,76	2.442.403,21	13,24
AUGUSTINÓPOLIS	26.107.882,23	22.943.650,51	87,88	22.943.650,51	100	41.030,18	0,17
AXIXÁ DO TOCANTINS	DO 36.822.238,44	9.286.486,66	25,21	9.286.486,66	100	514.227,52	5,53
GOIATINS	37.444.306,90	8.162.937,57	21,80	8.162.937,57	100	722.920,82	8,85

BABAÇULÂNDIA	25.722.383,43	19.388.354,17	75,37	19.387.465,13	99,99	2.892.248,67	14,91
MIRACEMA DO TOCANTINS	25.814.916,01	16.711.365,90	64,73	16.711.365,90	100	5.366.594,38	32,11
COLMÉIA	23.361.659,17	18.562.679,37	79,45	18.474.006,26	99,52	6.904.044,36	37,37
WANDERLÂNDIA	22.265.899,43	19.490.256,00	87,53	19.490.256,00	100	1.438.414,29	9,92
PEIXE	22.689.301,94	19.371.937,10	85,37	18.951.924,47	97,83	4.386.405,11	23,14
ANANÁS	20.550.180,75	17.166.437,17	83,53	16.238.531,45	94,59	1.622.703,65	9,99
CARIRI DO TOCANTINS	21.139.135,61	18.465.147,46	87,35	18.151.607,80	98,30	1.831.130,50	10,08
LAJEADO	21.180.715,16	18.162.252,79	85,74	16.132.771,30	86,67	1.442.441,27	8,94
DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	23.301.381,82	13.693.663,66	58,76	13.693.663,66	100	599.637,01	4,37
ESPERANTINA	19.191.608,65	16.887.989,52	87,99	16.887.989,52	100	636.479,95	3,76
PALMEIRÓPOLIS	18.225.738,82	13.631.618,28	74,79	13.463.618,28	98,76	5.979.712,97	44,41
ITAPIRATINS	17.903.525,56	16.925.901,88	94,53	16.925.901,88	100	784.293,21	4,63
NOVA OLINDA	19.599.682,98	16.053.037,44	81,90	14.331.199,11	89,27	8.101.252,15	56,52
XAMBIOÁ	25.832.827,83	14.411.694,15	55,78	14.318.161,02	99,35	1.049.610,81	7,33
ARRAIAS	21.561.994,86	14.477.659,72	67,14	14.466.309,72	99,92	1.460.315,28	10,09
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	18.800.760,74	15.509.719,95	82,49	15.503.207,95	99,95	1.788.631,64	11,53
CARRASCO BONITO	17.443.956,06	15.722.811,62	90,13	15.722.811,62	100	10.495,84	0,06
TAGUATINGA	26.487.844,24	4.310.686,72	16,27	4.116.059,49	95,48	1.177.184,54	2,85
JAÚ DO TOCANTINS	15.854.447,05	15.226.417,75	96,03	15.055.595,75	98,87	977.805,12	6,49
GOIANORTE	15.513.149,22	14.353.277,29	92,52	14.324.477,99	99,79	4.428.878,18	30,91

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a análise do balanço patrimonial do ano de 2018, seguindo a mesma linha de verificação que foi utilizado na Tabela 1. Destaca-se a capital Palmas pelo seu valor de ativo não-circulante e ativo imobilizado. Sendo que o ativo não-circulante (R\$1.528.254.667,25) condiz com 61,19% do seu ativo total (R\$2.497.210.823,25). Em sequência, chama a atenção o valor da depreciação acumulada (17.505.998,55) que apenas se refere a 2,19% de seu ativo imobilizado (R\$807.671.152,31). Sendo assim compreendemos que a capital Palmas, continua a não apresentar valores da depreciação acumulada condizentes com a realidade deste citado ano do balanço patrimonial.

Por motivos semelhantes, envolvendo valores consideráveis de aplicação no ativo, a prefeitura de Araguaína apresenta R\$675.703.149,76 de ativo total, 42,92% deste valor representa o ativo não-circulante (R\$290.047.532,71). Mas o que realmente chama a atenção, assim como demonstrado na capital Palmas, o baixo valor de registro de depreciação acumulada (R\$6.881.767,27), que representa 3,08% de seu ativo imobilizado (R\$223.161.997,58). A prefeitura de Porto Nacional evidenciou R\$ 253.028.382,82 de ativo total, as aplicações no ativo não-circulante condizem com 28,10% deste valor. Além dessas informações, é importante frisar o saldo da depreciação acumulada sendo 4,51% em relação ao valor do ativo imobilizado, o que denota relutâncias no registro da depreciação, pois a conta de depreciação acumulada possui a característica de acumular saldos, no entanto, apresenta valor não expressivo.

De modo geral, observa-se que na tabela das demonstrações contábeis do ano de 2018, há 03 prefeituras com a porcentagem de depreciação acumulada acima de 50%, depreciação essa que é sobre o total do ativo imobilizado. Sendo essas prefeituras a da cidade de Nova Olinda com 56,52% de depreciação acumulada em relação ao total do ativo imobilizado, a seguir da prefeitura de Gurupi com cerca de 60,90% de depreciação acumulada, logo depois se tem a prefeitura de Tocantinópolis com 79,26% de evidenciação da depreciação acumulada no que se refere seu ativo imobilizado.

Dentre as prefeituras que auferiram menores níveis de conformidade, observa-se que 36 prefeituras possuem o índice de porcentagem de depreciação acumulada em relação ao ativo imobilizado inferior a 50%, entre elas alguns chamam bastante atenção, pois sua porcentagem de depreciação acumulada quanto ao ativo imobilizado está abaixo de 5%, enfatizando a prefeitura de Esperantina que seu ativo imobilizado corresponde ao valor de R\$ 16.887.989,52, porém sua depreciação acumulada informada só corresponde a 3,76% deste valor. Desta forma, identifica-se que os resultados obtidos possuem uma relação com a literatura apresentada, em especial as pesquisas de Alves e Roncalio (2012) concluindo que o Estado de Santa Catarina no ano de 2011 ainda estava em fase inicial de execução do cálculo de depreciação, e o estudo de Marques (2016) que destacou o fato de uma Instituição de Ensino no Estado de Minas Gerais sem efetuar a depreciação até o ano de 2009, mas que a partir de então vem aderindo a NBC T 16.9.

Tabela 4 - Análise da DVP 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL	DEPRECIÇÃO	RESULTADO PATRIMONIAL	DEPRECIÇÃO/ RESULTADO
PALMAS	15.573.636,79	38.467.538,13	40,48%
ARAGUAÍNA	2.164.445,70	59.795.926,67	3,61%
GURUPI	55.366.430,17	-37.066.024,95	149,37%
PORTO NACIONAL	2.524.482,14	41.129.667,70	6,13%
COLINAS DO TOCANTINS	3.030.848,88	-19.368.350,30	15,64%
PARAÍSO DO TOCANTINS	582.656,29	17.682.455,44	3,29%
ARAGUATINS	882.139,99	-11.221.209,61	7,86%
GUARAÍ	2.636.757,94	1.975.265,59	133,48%
FORMOSO DO ARAGUAIA	62.238,67	-8.293.444,65	0,75%
ALVORADA	3.115.396,06	642.009,74	485,25%
TOCANTINÓPOLIS	1.327.962,92	2.491.660,65	53,29%
DIANÓPOLIS	991.542,48	4.160.256,40	23,83%
PEDRO AFONSO	1.872.390,60	4.657.625,24	40,20%
SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	604.054,38	1.402.402,82	43,07%
MIRANORTE	1.567.698,09	-5.787.749,69	27,08%
PIUM	51.886,87	2.405.354,90	2,15%
AUGUSTINÓPOLIS	10.614,02	2.886.093,36	0,36%
AXIXÁ DO TOCANTINS	0,00	1.090.580,61	0%
GOIATINS	203.415,43	-15.109.586,16	1,34%
BABAÇULÂNDIA	0,00	188.308,59	0%
MIRACEMA DO TOCANTINS	992.950,04	706.086,76	140,62%
COLMÉIA	2.284.088,06	-1.761.813,87	129,64%
WANDERLÂNDIA	616.741,17	3.357.386,64	18,36%
PEIXE	468.834,14	1.093.539,82	42,87%
ANANÁS	802.545,15	-799.930,23	100,32%
CARIRI DO TOCANTINS	469.327,31	719.991,95	65,18%
LAJEADO	323.057,05	2.770.701,87	11,65%
DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	57.404,84	673.354,18	8,52%
ESPERANTINA	0,00	2.463.721,32	0%
PALMEIRÓPOLIS	239.632,89	29.630,84	808,72%
ITAPIRATINS	54.594,26	1.472.429,38	3,70%
NOVA OLINDA	714.239,95	2.974.590,42	24,01%
XAMBIOÁ	197.663,37	4.740.926,78	4,16%
ARRAIAS	1.178.130,22	-12.278.490,89	9,59%
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	134.312,63	1.804.677,76	7,44%

CARRASCO BONITO	3.236,79	3.631.916,95	0,08%
TAGUATINGA	322.400,00	6.403.882,25	5,03%
JAÚ DO TOCANTINS	146.358,53	1.615.436,77	9,05%
GOIANORTE	408.108,09	126.216,83	323,33%

Fonte: Dados da pesquisa.

As DVP's em relação ao ano de 2018, além das porcentagens baixíssimas de algumas prefeituras terem chamado a atenção, nesta Tabela 4 outro ponto que também chamou a atenção foi algumas cidades terem demonstrado porcentagens bastantes elevadas de depreciação/resultado patrimonial. Possivelmente a prática da reavaliação dos bens públicos tenha causado esse superávit nos índices de porcentagem da depreciação/ resultado patrimonial, pelo fato de após a reavaliação ter aplicado o cálculo da depreciação nos ativos das prefeituras.

Como demonstra os resultados dos municípios de Gurupi com 149,37%, Guaraí com 133,48%, Alvorada com 485,25%, Miracema do Tocantins com 140,62%, Colméia com 129,64%, Ananás com 100,32%, Palmeirópolis com 808,72% e Goianorte com 323,33%. Com o propósito de verificar a natureza dessas variações, foi analisado as notas explicativas destes municípios suportando o elevado registro de depreciação por motivos de reavaliação de todos os bens do ativo. Algumas prefeituras como a de Palmeirópolis utilizaram o método de depreciação das cotas constantes, já outros utilizaram o termo método linear como a prefeitura de Guaraí e Alvorada.

Em termos gerais, constata-se que houve um avanço de evidenciação da depreciação nas prefeituras substancialmente no ano de 2018, por mais pouco que seja. Salienta-se que há prefeituras com o valor de depreciação zerado, o que fomenta valores errôneos no balanço patrimonial. Assim, tais resultados assimilam-se ao estudo de Irala, Teixeira e Peralta (2014) que descreveram em seu estudo, que embora seja obrigatório o cálculo da depreciação no ativo imobilizado, e o setor contábil das prefeituras sejam cientes, algumas delas ainda não realizam a depreciação em seus ativos.

3.3 Análise das Demonstrações de 2019

Tabela 5 - Balanço Patrimonial 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL	Ativo Total (I)	Ativo Não-circulante (II)	(II)/(I)	Ativo Imobilizado (III)	(III)/(I)	Depreciação Acumulada (IV)	(IV)/(I II)
PALMAS	2.644.990.146,86	1.496.392.187,50	56,57	851.821.252,06	56,92	26.001.266,27	3,05
ARAGUAÍNA	787.342.086,87	306.163.990,47	38,88	239.278.455,34	78,15	9.450.526,05	3,94
GURUPI	538.598.968,49	336.636.912,28	62,50	172.965.242,54	51,38	57.520.424,50	33,25
PORTO NACIONAL	297.011.044,03	98.851.745,37	33,28	98.845.767,96	99,99	6.106.922,02	6,17
COLINAS DO TOCANTINS	242.929.869,63	104.153.154,90	42,87	104.139.331,23	99,98	7.992.075,84	7,67
PARAÍSO DO TOCANTINS	159.925.464,98	55.529.104,52	34,72	55.528.039,52	99,99	4.162.005,55	7,49
ARAGUATINS	75.726.421,40	25.772.487,70	34,03	25.772.487,70	100	7.986.051,26	30,98
GUARAÍ	68.073.971,51	45.108.643,67	66,26	43.517.442,91	96,47	6.150.015,80	14,13
FORMOSO DO ARAGUAIA	48.782.608,04	33.267.229,15	68,19	21.603.342,25	64,93	4.648.108,53	21,51
ALVORADA	46.669.088,19	30.916.366,05	66,24	30.567.470,84	98,87	10.062.915,16	32,92
TOCANTINÓPOLIS	41.429.021,77	35.268.407,69	85,12	34.462.067,44	97,71	5.401.400,31	15,67
DIANÓPOLIS	53.468.811,60	15.294.237,64	28,60	15.294.158,14	99,99	4.973.080,24	32,51
PEDRO	40.557.527,39	31.826.473,36	78,47	31.826.473,36	100%	2.708.432,08	8,50

AFONSO							
SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	31.121.210,67	27.340.389,29	87,85	26.275.705,87	96,10	4.421.020,20	16,82
MIRANORTE	39.169.235,57	21.267.053,51	54,29	18.046.333,13	84,85	4.193.899,15	23,23
PIUM	32.045.624,19	20.995.709,49	65,51	15.467.541,13	73,67	3.713.079,36	24
AUGUSTINÓPOLIS	29.835.150,45	26.362.311,37	88,35	26.362.311,37	100	50.758,09	0,19
AXIXÁ DO TOCANTINS	40.163.791,41	10.881.868,52	27,09%	10.881.868,52	100	514.613,55	4,72
GOIATINS	37.591.311,51	9.199.965,99	24,47%	9.199.965,99	100	988.026,80	10,73
BABAÇULÂNDIA	30.515.322,19	19.021.566,14	62,33%	19.020.677,10	99,99	2.887.041,71	15,17
MIRACEMA DO TOCANTINS	31.761.339,53	17.128.577,79	53,92%	17.128.577,79	100	6.455.503,22	37,68
COLMÉIA	21.209.225,28	17.384.866,50	81,96%	17.286.325,59	99,43	9.123.501,91	52,77
WANDERLÂNDIA	24.938.112,07	21.586.054,74	86,55%	21.586.054,74	100	2.155.188,33	9,98
PEIXE	25.645.000,90	20.118.802,07	78,45%	19.698.789,44	97,91	5.995.591,10	30,43
ANANÁS	25.499.815,08	21.963.087,94	86,13%	21.035.182,22	95,77	2.872.489,54	13,65
CARIRI DO TOCANTINS	24.283.198,55	19.705.186,80	81,14%	19.391.647,14	98,40	2.625.680,89	13,54
LAJEADO	23.400.868,14	20.412.889,91	87,23%	18.383.408,42	90,05	1.442.441,27	7,84
DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	26.158.719,59	15.118.745,77	57,79%	15.118.745,77	100	629.474,10	4,16
ESPERANTINA	22.375.927,67	19.132.608,40	85,50%	19.132.608,40	100	636.479,95	3,32
PALMEIRÓPOLIS	23.893.636,85	19.328.424,35	80,89%	19.328.424,35	100	6.020.748,52	31,14
ITAPIRATINS	20.679.643,22	18.647.534,71	90,17%	18.647.534,71	100	819.736,96	4,39
NOVA OLINDA	21.229.192,82	17.306.333,64	81,52%	15.584.495,31	90,05	8.414.754,52	53,99
XAMBIOÁ	19.898.842,19	15.810.998,86	79,45%	15.717.465,73	99,40	1.927.112,79	12,26
ARRAIAS	21.384.788,23	15.794.002,16	73,85%	15.782.333,16	99,92	2.608.664,61	16,52
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	18.253.756,46	15.135.969,23	82,91%	15.129.457,23	99,95	3.597.912,76	23,78
CARRASCO BONITO	19.166.386,22	17.014.078,69	88,77%	17.014.078,69	100	13.957,96	0,08
TAGUATINGA	31.636.780,75	6.391.824,51	20,20%	6.180.556,07	96,69	1.739.823,27	28,14
JAÚ DO TOCANTINS	16.684.479,94	15.717.351,05	94,20%	15.546.529,05	98,91	1.146.870,39	7,37
GOIANORTE	19.228.203,91	16.944.558,37	88,12%	16.915.759,07	99,83	4.790.927,34	28,32

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da análise dos dados acima, observa-se novamente a prefeitura da capital Palmas, pois seu ativo total demonstra um valor bilionário, do qual seu ativo não-circulante corresponde a 56,57% desse valor. Mas a questão mais intrigante é que por mais que tenha se passado os anos de 2017 e 2018, a sua depreciação acumulada não evidenciou valores satisfatórios sobre a prática da depreciação em seus ativos imobilizados, pois a sua depreciação acumulada é somente de 3,05% do total de seu ativo imobilizado. No mesmo sentido observamos os dados da cidade de Carrasco Bonito, onde sua depreciação acumulada do ano de 2019 é somente de 0,08% do total do ativo imobilizado que é de R\$17.014.078,69. Algo que não demonstra nenhum avanço relacionado ao período anterior de 2018, onde sua depreciação acumulada era de 0,06%.

A prefeitura de Augustinópolis, não tem se demonstrado diferente das cidades citadas acima (Palmas e Carrasco Bonito), pois seu valor de depreciação acumulada condiz com 0,19% do valor de seu ativo imobilizado. Assim, observamos que a prática da depreciação não vem sendo executada de forma correta pelas prefeituras supracitadas. Pereira (2018), descreve em sua pesquisa que cerca de 90,3% dos órgãos estaduais de Belo Horizonte não efetuam o cálculo de depreciação em seus

ativos imobilizados. Posteriormente, de modo geral, observa-se que o índice de porcentagem da depreciação acumulada sobre o ativo imobilizado de 39 prefeituras são bem variadas, sendo 16 cidades com valor de depreciação acumulada abaixo dos 10% em relação ao valor do ativo imobilizado. Já outras 23 prefeituras, tem suas depreciações acumuladas em relação ao seu ativo imobilizado dentro da casa dos 10% a 53,99%.

Tabela 6 - Análise da DVP 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL	DEPRECIÇÃO	RESULTADO PATRIMONIAL	DEPRECIÇÃO/ RESULTADO
PALMAS	9.207.749,16	96.557.874,15	9,53%
ARAGUAÍNA	2.568.758,78	163.202.932,45	1,57%
GURUPI	18.320.091,85	-22.402.820,13	81,77%
PORTO NACIONAL	2.898.462,72	55.796.952,52	5,19%
COLINAS DO TOCANTINS	575.057,19	30.428.935,80	1,88%
PARAÍSO DO TOCANTINS	799.739,74	14.532.935,18	5,50%
ARAGUATINS	896.714,57	8.318.112,44	10,78%
GUARÁI	2.813.182,06	-3.847.500,18	73,11%
FORMOSO DO ARAGUAIA	2.066.916,05	717.683,57	287,99%
ALVORADA	3.094.664,13	6.329.759,83	48,89%
TOCANTINÓPOLIS	1.871.386,35	5.503.217,34	34%
DIANÓPOLIS	1.031.009,68	7.855.614,66	13,12%
PEDRO AFONSO	14.645,86	9.058.839,30	0,16%
SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	1.272.312,03	3.375.357,51	37,69%
MIRANORTE	1.159.947,17	1.912.784,52	60,64%
PIUM	1.244.938,30	-145.584,91	855,12%
AUGUSTINÓPOLIS	9.727,91	4.071.361,52	0,23%
AXIXÁ DO TOCANTINS	386,03	2.361.906,03	0,01%
GOIATINS	265.105,98	-5.752,25	460,87%
BABAÇULÂNDIA	3.814,40	6.020.413,04	0,06%
MIRACEMA DO TOCANTINS	1.088.908,84	-1.480.007,10	73,57%
COLMÉIA	2.219.457,55	-2.337.415,12	94,95%
WANDERLÂNDIA	731.732,35	3.606.915,79	20,28%
PEIXE	1.609.185,99	3.265.607,14	49,27%
ANANÁS	1.245.913,79	-7.812.419,25	15,94%
CARIRI DO TOCANTINS	780.513,78	1.513.182,87	51,58%
LAJEADO	0,00	1.183.287,62	0%
DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	29.837,09	2.473.531,94	1,20%
ESPERANTINA	0,00	5.920.490,92	0%
PALMEIRÓPOLIS	41.035,55	4.700.158,72	0,87%
ITAPIRATINS	35.443,75	2.867.808,70	1,23%
NOVA OLINDA	313.502,37	1.700.287,05	18,43%
XAMBIOÁ	824.426,50	-8.432.768,77	9,77%
ARRAIAS	1.148.349,33	-16.179.132,33	7,09%
DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	1.809.281,12	-2.034.960,80	88,90%
CARRASCO BONITO	3.462,12	1.794.434,70	0,19%
TAGUATINGA	562.638,73	-14.631.880,17	3,84%
JAÚ DO TOCANTINS	169.065,27	984.081,18	17,18%
GOIANORTE	362.039,16	4.309.847,47	8,40%

Fonte: Dados da pesquisa.

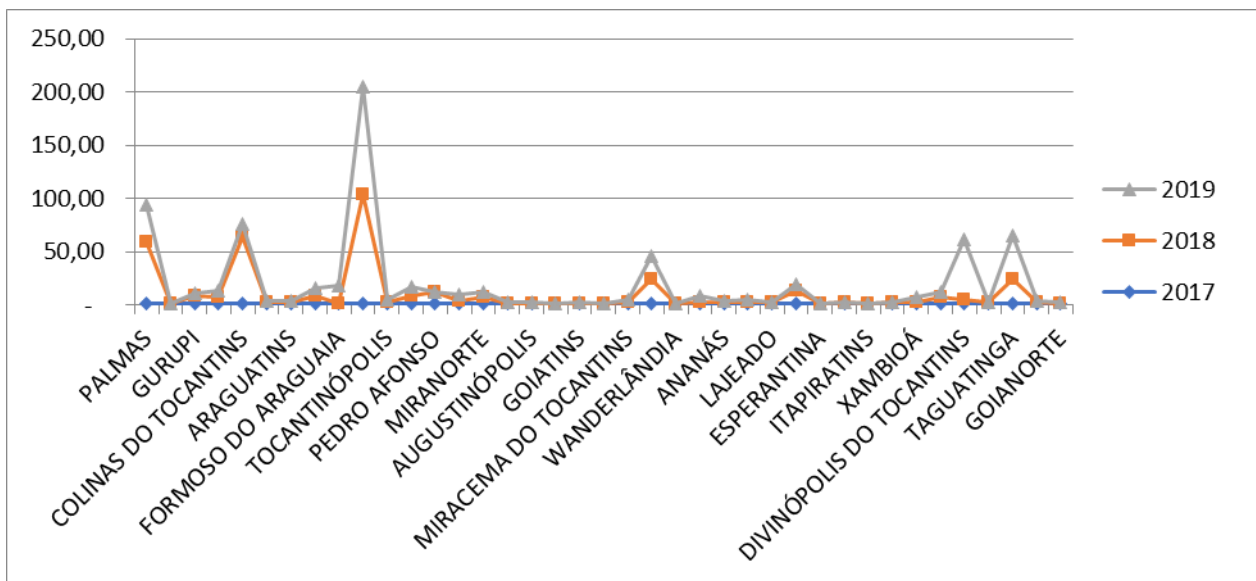
Ao analisar os dados da tabela acima, conforme foi analisado a tabela 2 e 4, buscando identificar o impacto da despesa depreciação sobre o valor do resultado patrimonial. Existem semelhanças nos dados das referidas tabelas com dados das DVP de 2019. Pois algumas prefeituras permanecem sem depreciar, outras já demonstram porcentagens bastante elevadas.

Nesta vertente, 2 prefeituras apresentam valor de depreciação zerado, sendo elas Lajeado e Esperantina. Esse resultado vai ao encontro dos achados de Viana, Lima & Eleutério (2017) descreveram que os órgãos administrativos do Estado do Amazonas, não evidenciaram nenhuma depreciação nos bens móveis de alguns órgãos analisados nos anos da pesquisa. Já com relação as prefeituras com valores elevados, destaca-se a prefeitura de Pium, por sua porcentagem de depreciação sobre o valor do resultado patrimonial ser de 855,12%, ao analisar as notas explicativas não foram divulgadas informações relevantes sobre a despesa de depreciação. Da mesma forma, o município de Formoso do Araguaia evidenciou valor de depreciação/resultado patrimonial de 287,99%, no entanto, também não foi divulgado o motivo em nota explicativa. Assim como a prefeitura do município de Goiatins com 460,87% do impacto da depreciação no resultado e sem divulgação em notas explicativas.

3.4 Evolução do Registro de Depreciação

Para demonstrar a evolução do registro de depreciação, foi elaborado um gráfico constando na linha horizontal (X) a relação das prefeituras e seus registros de depreciação classificados por ano. Na linha vertical (Y) demonstra a evolução da depreciação em múltiplos de vezes em relação aos valores de depreciação do ano de 2017.

Gráfico 1 – Evolução da evidenciação da depreciação.



Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico de linhas acima demonstra a evolução do registro da depreciação em relação aos anos de 2017, 2018 e 2019 nas prefeituras que foram objeto de pesquisa da amostra. Os dados do ano de 2017 foram utilizados como base única de valor igual a 1,00 para compara com a evolução da despesa de depreciação dos anos de 2018 e 2019. Dessa forma, consta-se a presença de alguns *outliers* devido o crescimento exorbitante do registro de depreciação nos anos de 2018 e 2019 das prefeituras de Palmas, Colinas do Tocantins, Alvorada, Colméia, Divinópolis do Tocantins e Taguatinga.

4. Conclusão

Os resultados demonstram que em relação as demonstrações analisadas do ano de 2017, algumas das 39 prefeituras apresentaram valores em destaque, mas de forma negativa em relação a execução da obrigatoriedade da depreciação. Pois em termos gerais, o índice de depreciação em relação ao resultado patrimonial foram extremamente baixos. Destaca-se a prefeitura de Palmas que evidenciou somente 0,64% de depreciação acumulada sobre o seu valor do ativo imobilizado, os dados indicam a não realização da depreciação conforme as exigências da NBC TSP 07, de forma semelhante as cidades de Axixá do Tocantins, Wanderlândia e Esperantina, que não evidenciaram nenhum valor de depreciação no devido ano.

Posteriormente, em relação ao ano de 2018, observou-se que algumas prefeituras demonstraram índice de depreciação/resultado patrimonial acima de 100%, entre elas, a prefeitura de Guaraí com 133,48%, a prefeitura de Alvorada evidenciando 485,25% de depreciação/resultado, e a prefeitura de Palmeirópolis que evidenciou exuberantes 808,72% de depreciação/resultado. Ao realizar as análises das notas explicativas dessas prefeituras não foram encontradas informações que explicasse tais variações patrimoniais, o que denota desleixo ao registro de depreciação.

Por seguinte, os dados da análise do ano de 2019 demonstrou resultados semelhantes aos anos anteriores de 2017 e 2018. Algumas cidades não evidenciaram valores de depreciação, outras já apresentaram o percentual acima dos 200% de depreciação/resultado, sendo elas as prefeituras de Pium evidenciando 855,12% de depreciação/resultado e a prefeitura de Formoso do Araguaia com 287,99% de depreciação/resultado, assim como em 2018, a transparência pública municipal fica fragilizada, pois não houve divulgação em notas explicativas, nem em outro meio informações e prestação de contas.

Referências

- Alves, J. L., & Roncalio, M. P. (2012). Evidenciação patrimonial no Estado de Santa Catarina: desafios e resultados da adoção das normas de contabilidade aplicadas ao setor público. In congresso da associação nacional de programas de pós-graduação em ciências contábeis (Vol. 6, pp. 620591-473821).
- Augustinho, S. M., & de Lima, I. A. (2012). A nova contabilidade pública brasileira como instrumento de transparência sobre as contas públicas. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, 1(1), 76-88.
- Barbosa, V. P. (2020). Adoção da IPSAS 17 em órgãos do Poder Executivo Federal. (Dissertação de mestrado, Universidade do Vale dos Sinos, Rio grande do Sul, RS). Recuperado de <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9566>
- Lei no. 4.320 de 17 de março de 1964* (1964). Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF. Recuperado 10 junho, 2021, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm.
- Chan, J. L. (2008). IPSAS: Conceptual and Institutional Issues. In *Chan GA Seminar* (pp. 1-96).
- Costa, D. M., Sprenger, K. B., & Kronbauer, C. A. (2019). Conformidade na Evidenciação do Ativo Imobilizado: um estudo sob a ótica da Teoria Institucional. *REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 9(2), 49-61.
- Dantas, C. B., Paiva, A. C. N., de Arruda, M. P., & Paulo, E. (2012). Depreciação no Serviço Público: Reconhecimento e Evidenciação nas Demonstrações Contábeis dos Estados e Municípios Brasileiros. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 6(2), 56-65.
- Darós, L. L., & PEREIRA, A. D. S. (2009). *Análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público-NBCASP: mudanças e desafios para a contabilidade pública*. In Congresso USP de Iniciação Científica (Vol. 6).
- Diniz, J. A., Silvestre da Silva, S. F., Santos, L. da C., & Martins, V. G. (2015). Vantagens da Implantação das IPSAS na Contabilidade Pública Brasileira: Análise da percepção dos membros do GTCON. *Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 9(3). <https://doi.org/10.17524/repec.v9i3.1226>
- Normas Brasileira de Contabilidade NBC TSP 07* (2017). Ativo Imobilizado. Brasília, DF. Recuperado em 24 junho, 2021, de https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTSP07&arquivo=NBCTSP07.docx.
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. (2017). Visa colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento, além de contribuir para resgatar o objeto da contabilidade como ciência, que é o patrimônio. Brasília, DF. Recuperado em 24 junho, 2021, de <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2017/26>.
- Fragoso, A. R., Macêdo, J. M. A., Lopes, J. E. de G., Ribeiro Filho (in memorian), J. F., & Pederneiras, M. M. M. (2012). Normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público e o desafio da convergência: uma análise comparativa – IPSAS E NBCTSP. *Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 6(4). <https://doi.org/10.17524/repec.v6i4.260>
- Gil, A. C. (2002). Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa, 4(1), 44-45.
- Irala, C. S. (2015). *Aplicação da nova norma nbc t 16.9 depreciação nas entidades setor público municipal estado do Mato Grosso Do Sul*. Anais - Encontro Científico De Administração, Economia e Contabilidade, 1(1). Recuperado de <https://anaisonline.uems.br/index.php/ecaeco/article/view/2781>
- Marques, L. T., & Pinheiro, L. E. T. (2016, September). *Registro da depreciação na Contabilidade pública: efeito para o Disclosure de uma Instituição Federal de Ensino Superior*. In VII Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont 2016.
- Pereira, N. C. D. F. D. (2018). A depreciação na nova contabilidade pública: uma análise em órgãos públicos do estado de Minas Gerais. *Revista de Contabilidade e Gestão Contemporânea*, 2(1), 38-50
- Schaurich, D. F. M., & Quintao, F. D. R. (2020). *Depreciação Patrimonial No Instituto Federal De Santa Catarina*. Amostra Instituto Federal de Santa Catarina.
- Sousa, L. D. S. (2018). Análise de balanço patrimonial do Estado de Rondônia do período de 2013 a 2017. (Monografia de graduação, Centro Universitário São Lucas. Porto Velho, RO). Recuperado de <http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3242/Liliane%20da%20Silva%20Sousa%20-%20An%C3%A1lise%20de%20balan%C3%A7o%20patrimonial%20do%20Estado%20de%20Rond%C3%B4nia%20do%20per%C3%ADodo%20de%202013%20a%202017.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Tres, T. G. F., & Rissardo, A. (2015). A reforma da contabilidade governamental brasileira: análise da percepção dos profissionais da contabilidade da região do Corede Serra (RS). *Revista Brasileira de Contabilidade*, 216, 12-25.
- Viviani, S., Beck, F., Hall, R. J., & Klann, R. C. (2014). Evidenciação do ativo imobilizado nas empresas do setor de bens industriais da BM&FBovespa. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 33(3), 21-34.